

Arlindo Barbeitos. *Angola – Portugal / Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*, Editorial Kilombelombe, coleção Ciências Humanas e Sociais / Série Sociologia e Antropologia n.º 6, Luanda, 2011, 846 pp.

Jorge Ribeiro*

pp. 117-118

Quando ocorreu em Lisboa a Revolução dos Cravos, Abril de 1974, Arlindo Barbeitos encontrava-se em Berlim Ocidental a tirar o grau de doutoramento no Instituto de Etnologia da Universidade Livre. Um mês antes da independência de Angola, este intelectual do MPLA foi chamado pelo partido para integrar o *staff* do presidente Agostinho Neto. Durante dezoito anos, assumiu funções de Estado nas áreas do Ensino e dos Negócios Estrangeiros, antes de regressar à Europa para concluir a sua formação universitária. Em 2016 foi doutorado pela Universidade da Beira Interior, na Covilhã, defendendo a tese que hoje nos oferece em livro.

“A própria natureza deste tema implica que não se conceda qualquer preponderância ao arquivo” (p. 32). Da cronística (sic) aos jornais, relatos de viagem, livros de memórias, passando por monografias, obras literárias, obras científicas ou fragmentos da tradição oral (“Qu’est ce que l’histoire culturelle?”, de Pascal Ory, 2002) – várias foram as fontes que alimentaram este trabalho, e cujas referências, só elas, ocupam 106 páginas. «O jogo equívoco das identidades» é uma extensa pesquisa sociológica com que Arlindo Barbeitos dissecou representações, visões do mundo e respetivos sistemas de valores que, apesar de singulares, se integram numa escala macrossocial no domínio da história cultural da relação Angola – Portugal.

O autor, na introdução que faz à obra, cedo explana os cinco pilares desta sua investigação (p. 28). E os protagonistas da história que destaca, pela mesma ordem dos capítulos, são o “militar e cronista” do séc. XVII António de Oliveira Cadornega (pp. 35-131), o “autodidata impressionante” Oliveira Martins (pp. 133-278), o missionário protestante suíço Héli Chate-lain (pp. 279-368), os Indígenas e a “Descoberta das Raças” (pp. 369-481), e “O Colonizador, a violência e os equívocos da assimilação” (pp. 483-634).

No interesse que este livro progressivamente desperta, será de destacar a forma como Arlindo Barbeitos se junta ao escasso número de investigadores que deitam mão do legado de Cadornega, testemunha privilegiada de páginas importante da história colonial em Angola. Cadornega chegou a Angola nas vésperas de 1640 e ainda assistiu à tomada de Luanda pelos holandeses. Embora negreiro, Cadornega deixou-se fascinar pela Rainha Ginga, figura que atravessa todo o espólio de informação sobre a ocupação portuguesa de Angola nas suas obras.

Oliveira Martins, enquanto figura marcante da “dolorosa rutura” que caracterizou a modernidade, merece de Barbeitos uma “elucidação” linear das características que definiam essa “nova era” (cf. Jurgen Habermas, Leipzig 1994, p. 29). A razão divina e a teologia providen-

* CEAUP.

cial – escreve neste estudo – davam lugar à visão de um progresso disposto a transformar e dominar a natureza, a fim de obter a prosperidade portuguesa e das suas colónias.

São inúmeros e muito valiosos os testemunhos utilizados ao longo da obra. No capítulo “A raça, África e a redenção de Portugal” torna-se irresistível a evocação (p. 142) do exemplo do deputado por Angola ao Parlamento, Joaquim António de Carvalho e Meneses, que “ousou atacar violentamente as autoridades portuguesas coloniais em Angola, em nome do que imaginava constituir o valor dos portugueses do passado”. “Todavia – junta Barbeitos – os conflitos, as prisões e as humilhações às mãos das autoridades centrais incitaram o deputado a pensar num outro estatuto político para Angola”. Meneses decidiu evadir-se de Portugal para o Rio de Janeiro, onde fez o elogio da independência do Brasil e convidou os angolanos a fazerem o mesmo.

Os debates que o livro “Angola – Portugal/Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades” podem justamente proporcionar, constituem uma longa série de subtítulos, de onde é justo destacar “O mulato ou a criação de uma quimera” (p. 90), “As sociedades humanas – os arianos e a desigualdade das raças” (p. 197), “Do fantasma da degenerescência da pátria ao autoritarismo salvífico” (p. 240), “Protestantes e católicos: o desencanto do mundo e a situação colonial” (p. 351), e “Dos novos Brasis a uma crise duradoura” (p. 491).

Muitas situações parecem mesmo insinuar perenidade. Ao acaso (p. 98): “Em 1910, um colono afirmava num jornal de Luanda que o Português, mesquinho e quase mandrião na Metrópole, se transforma cá fora no melhor elemento de trabalho (Jornal Voz de Angola, Luanda, n.º 10, de 7 de Março). A citação serve para sustentar nos dias de hoje o ponto de vista, igualmente válido no tempo de Cadornega, segundo o qual aquela “mudança de situação provoca reações, reclamadas pelas convenções do lugar de acolhimento e a urgência de sobrevivência, que podiam não coincidir com as normas e costumes até então vigentes, aceites ou preferidos pelas autoridades.”

As relações entre os povos de Angola e Portugal terão sido forjadas pela Escravatura, a Colonização, a Luta Armada de Libertação, mas também pela guerra civil angolana que dela resulta, assim como pelas ideologias que se desenvolvem e acompanham – lê-se na contracapa do livro. Em definitivo, a despeito das assimetrias características desse processo multiseccular, essas relações aparentam-se a um sistema de vasos comunicantes onde, neste caso particular, dominadores e dominados se influenciam reciprocamente em todos os domínios, desde os primeiros contactos ocorridos em finais do Século XV, em que, tal nos esclarece Edgar Morin (p. 21), “a relação com o outro está virtualmente inscrita na relação com o próprio”.